

EMERGÊNCIA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL NO BRASIL E SUAS PERSPECTIVAS

Trabalho realizado por:

Fernando C. Prestes Motta.
Herry M. Fuldauer.

PARA A CADEIRA DE INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO
DE EMPRESAS

concluído em 18 de Nov. de 63.

Tendo em vista o caráter de evolução da história econômica brasileira em que nos baseamos para realizar este trabalho, pareceu-nos adequado uma análise cronológica da emergência do empresário industrial no Brasil. Conhecendo suas origens poderemos com maior segurança averiguar as suas perspectivas.

Acreditamos que o surgimento do empresário industrial está fortemente relacionado com o desenvolvimento econômico de um país. Isto porque, a par das definições de inúmeros autores, cremos que desenvolvimento econômico significa pluralidade e diversificação de produção, isto é, consideramos desenvolvido, economicamente, um país onde as decisões mercadológicas não dependem do exterior, exclusivamente, onde a carência de um produto não afeta a conjuntura político-econômica geral, pois outros produtos são capazes de contrabalançar esta falta. Pois bem, para que haja diversidade e pluralidade de produtos é necessária, além da agrícola, a atividade industrial e conseqüentemente a existência de uma classe empresarial.

No Brasil, entretanto, o que vamos notar, analisando sua evolução econômica, é a hegemonia absoluta, até 1930, de determinado produto, juntamente com tôdas as conseqüências político-sociais que isto acarreta. Cada produto segundo a maioria dos economistas e historiadores, constituiu um assim chamado ciclo econômico. Como dissemos anteriormente, um tal "estado de coisas", não permite a existência de uma classe média empreendedora mas conduz a uma estratificação da sociedade em duas classes opostas, entre as quais o conflito está sempre latente.

Portanto, para o nosso estudo, não se reveste da maior importância a análise dos ciclos econômicos até o ano de 1808 quando a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil assinou uma mutação profunda nas relações entre a Corte e a colônia, contribuindo para que o sentimento nacional e a sensação de auto-valor se projetassem e se transformassem em ação, culminando com a independência do país. Mesmo assim, o período precedente à emancipação política tem algum valor elucidativo e passaremos por ele em rápida revista.

— Inicialmente, a partir da posse da terra e até meados do Governo Geral, a atividade predominante no Brasil, constituiu-se no corte, preparo, embarque e transporte do pau-brasil, o primeiro dos ciclos econômicos, o mais curto e o menos importante. Salienta-se a mentalidade aventureira, a intenção exclusivamente extrativa.

Algum tempo após iniciada a colonização, o sistema de capitania hereditárias instaurado pela Corôa consegue florescer em Pernambuco e São Vicente, graças a um novo produto, o açúcar. É o segundo ciclo que começa a surgir. Os donatários, Duarte Coelho e Martin Afonso de Souza, que conseguiram fazer com que seus domínios prosperassem no meio do fracasso de todo o resto, tiveram em sua atuação certas características semelhantes às que os empresários teriam mais tarde no seu campo de ação. Sim, porque vinham eles para o Brasil no intento de aqui investirem seu capital e capacidade administrativa e graças às suas qualidades lograram êxito. A cana de açúcar sofre então uma gradual expansão, impulsionada que foi ainda, pela crescente demanda do produto na Europa. Numerosos engenhos, um sem número de índios escravizados e enormes plantações, antigas matas virgens e hoje desertos, constituem o patrimônio de uma classe que gradativa e definitivamente vem a instalar-se no Nordeste Brasileiro, a aristocracia rural. O nível de vida é de luxo e desperdício, as classes inferiores são objetos de expolição e desprezo, pois que elas dependem completamente da classe latifundiária, detentora dos trunfos econômicos. O ciclo do açúcar atinge seu apogeu, por estranho que pareça, sob o domínio holandês, portanto dos anos 1624 à 1654. Cumpre-nos citar aqui o nome do príncipe batavo Maurício de Nassau que com sua profícua administração muito contribuiu para que a atividade açucareira atingisse a um nível até então insuperado, bem como deixou no Recife obras de valor e grande porte. Poderíamos inclusive considerá-lo grande empreendedor, pois tanto se preocupou ele com a terra sob sua administração, que foi chamado de volta a seu país natal; a metrópole achava contrária ao seus interesses qualquer atividade prestigiadora

da colônia, coisa que Maurício, sem dúvida nenhuma, realizava. Restabelecido o domínio português no Brasil, não vamos notar de sua parte, nenhuma diferença nas suas atitudes políticas e econômicas. As relações entre aristocracia rural e a Corte não eram muito estreitas, mas também não se achavam opostas, uma vez que era de interesse comum a manutenção do "status quo", isto é, os donos de engenho tinham monopólio da produção e os portugueses auferiam, com o transporte e revenda do produto na Europa, enormes divisas. Ao mesmo tempo, a Inglaterra exigia favores e tratamento preferencial como paga pelo apoio a Portugal, quando da revolta anti-Espanhola de 1640 e da entronização de D. João IV da nova dinastia de Bragança. Assim é que vários tratados como os de 1642, 1654 e 1661, concedem privilégios de navegação e comércio aos ingleses, com permissão para que estabeleçam, em cada um dos portos (Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro), até quatro famílias de negociantes britânicos. De primordial importância se reveste o tratado de Methuen em 1703, (1) pelo qual os vinhos portugueses pagariam menor imposto de entrada na Inglaterra e com o qual a economia portuguesa subsequente vai sofrer grandes perdas, pois, por este tratado a Inglaterra teria quase o monopólio do fornecimento dos bens manufaturados ao Brasil, principalmente tecidos, produto que os ingleses tinham necessidade de vender. Isto vem, evidentemente, evitar qualquer iniciativa empreendedora brasileira no setor industrial, pois os nossos produtos nunca poderão concorrer com os dos correspondentes ingleses.

Mas eis que desponta repentinamente um novo ciclo econômico, o da mineração. Já em 1574, Antônio Dias Adorno descobre no rio das Caravelas alguns indícios de ouro, mas a exploração não tomou impulso muito rapidamente. Só em 1694, após a descoberta da mina de Itaberaba, dá-se um enorme afluxo de mineradores às regiões auríferas da antiga capitania de Minas Gerais. (2) Elementos de todas as procedências, mas marcadamente paulistas e portugueses, passam a disputar as riquezas que se apresentavam. A exploração se processa da maneira mais rudimentar possível, havendo grande perda desnecessária do metal. Novamente a política fiscal da Corte portuguesa vem impedir um desenvolvimento harmonioso da economia brasileira. Ao contrário do que se deu na agricul-

(1) Hélio Jaguaribe, "Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político", Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1962, 120.

(2) Hélio Jaguaribe, "Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político", Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1962, pg. 123.

tura, a mineração foi submetida desde o início a um regime especial, que minuciosa e rigorosamente a controlou.

Tal regime consistiu no seguinte: estabelecia-se a livre exploração e a Coroa reservava-se, como tributo a quinta parte de todo ouro extraído. Organizou-se um completo sistema administrativo, tendo como expoente máximo o superintendente, somente subordinado à Corôa, isto é, agindo independentemente do governo e outras autoridades das capitanias. Criou-se, com a política do "quinto" uma animosidade compreensível entre mineradores e a Coroa. Como método seguro de cobrança, criaram-se as Casas de Fundição. Além disso, estabeleceu-se o sistema de "quota anual mínima" (mais ou menos mil e quinhentos quilos) e quando não fôsse atingida seria compensada com o "derrame". Mesmo com os entraves citados a capitania torna-se a mais importante da colônia, as antigas vilas, bem como as novas que se fundam prosperam vertiginosamente, nelas se desenvolvendo paralelamente à riqueza mineral notável atividade artística que delas faria mais importante centro barroco colonial (3) desenvolvimento não só nas artes plásticas, mas também na literatura. Prova disto são elementos como Thomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, que, com seus ideais nacionalistas e a revolta que organizam, denotam um grau elevado de maturidade intelectual, um indício do forte sentimento nativista que gradativamente se apossa da colônia e que redundará na sua emancipação. Depois desta, ocorreu o que, poder-se-ia dizer, foi a verdadeira independência, foi o final da época colonial para o Brasil e o início de um desenvolvimento gradativo e seguro. Tal fato foi a transferência da Côrte do regente D. João, ameaçado que estava seu trono pelas fôrças invasoras napoleônicas. Na Bahia, a caminho do Rio de Janeiro (onde instalaria a séde da Monarquia), assina o decreto que abre os portos da colônia a tôdas as nações, franqueando-os ao comércio internacional livre. Destruía-se assim de um só golpe a base essencial em que assentava o domínio colonial português, isto é, o monopólio do alto comércio. Mesmo sendo medida provisória, (4) adquiriu ela em pouco tempo caráter irrevogável uma vez que interesses brasileiros e principalmente ingleses estavam em jogo. Fazia-se impossível o retôrno ao passado. Neste ponto já podemos considerar como que defi-

(3) Hélio Jaguaribe, "Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político", Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1962, pg. 129.

(4) Caio Prado Junior, "História Econômica do Brasil", Editora Brasiliense, São Paulo, 1956, pg. 129.

nitivamente extinta a dominação metropolitana. A situação ainda se agrava com o tratado de comércio firmado com a Inglaterra em 1810 pelo qual esta obtêra uma tarifa preferencial de 15%, mais favorável à da própria metrópole que era de 16%. A tal ponto chegou a subserviência do soberano português e o predomínio da Inglaterra nos negócios da Monarquia, situação que se modificára somente em 1816, com a equiparação das duas tarifas em 15%.

Por outro lado, a Coroa, seus elementos componentes e inclusive o regente, em 1816 Rei D. João VI, mostram forte simpatia e compreensão pelos problemas e interesses do Brasil, agora sua séde, pois podem senti-los na origem e portanto com maior realidade. Assim é que no terreno econômico sucedem-se as medidas que não somente libertam a colônia dos entraves que três séculos de sujeição tinham acumulado em oposição ao seu livre desenvolvimento — entre outras a revogação da lei que proibia as manufaturas — como também as que procuram estimular as atividades do país. Melhora-se a mineração do ouro, e, o que é muito importante, promove-se a imigração de colonos europeus. Temos então alguns fatores favoráveis, ao surgimento de uma classe empresarial. Assim é que pequenas manufaturas têxteis surgiram em diferentes pontos de Minas Gerais, que era a província a êste respeito mais avantajada, tanto pela relativa densidade da população e abundância da matéria prima de produção local, como pelo seu afastamento dos portos e isolamento. Novamente em Minas Gerais e também em São Paulo, são organizadas duas empresas metalúrgicas de certa importância, (5) cujo exemplo é devido a várias iniciativas privadas. No entanto, a concorrência estrangeira vem anular todos êstes esforços. Êste fato, bem como a situação difícil das finanças (ocasionada por gastos excessivos e inúteis, mórmente no que se refere ao numeroso corpo administrativo e nas guerras), vem subordinar a nova economia brasileira aos interesses comerciais estrangeiros e principalmente ingleses. Acrescente-se ainda que, para manter em andamento a colônia, o Soberano teve que efetuar empréstimos externos e conseqüentemente se submeter às condições impostas pelos seus credores, geralmente expropriativas, como nos mostra Caio Prado Junior, referindo-se ao empréstimo inglês de 1829 quando das 400.000 libras do valor nominal do empréstimo, o Brasil receberia 208.000, de tal sorte que os juros em vêz de 5% atingiam os 10%. Por outro lado, o tráfico de escravos au-

(5) Caio Prado Junior, "História Econômica do Brasil", São Paulo, Editora Brasiliense, 1956, pg. 138.

menta gradativamente pois, o patriciado rural na agricultura cafeeira, cada vez mais necessita da mão de obra negreira, o que é contraditório com a política abolicionista dos ingleses que são ao mesmo tempo os principais credores de empréstimos ao Brasil. É bem verdade que no período de 1831 a 1880 os empréstimos recrudesceram muito em continuidade e quantidade. Foi exatamente nesse período de recrudescimento inglês que vamos notar um surto industrial, que basicamente foi estimulado pela substituição do livre-cambismo, do Visconde de Cairú e de Bernardo Pereira de Vasconcelos e mantida até 1843, por uma política protecionista e industrialista.

Enfrenta-se a pressão britânica e limita-se a vigência do tratado de 1810 a mais um ano. Decorrido este, em Novembro de 1844 o Visconde de Caravelas, ou Manuel Alves Branco, sucessor de Viana na Pasta da Fazenda, declara solenemente que se extinguiu o antigo tratado. A nova tarifa da Alfândega já havia um ano antes sido votada e, foram estabelecidos de 30% a 60% "ad valorem" os impostos sobre artefatos estrangeiros, de acordo com a maior ou menor possibilidade e conveniência de se estimular a produção nacional. (6). A Tarifa Alves Branco provoca nos ingleses, como é lógico, forte reação que se delinea no Bill Aberdeen de 1845, que autorizava os navios britânicos a apresar, onde se encontrassem, os navios que trouxessem carga de escravos. Os efeitos práticos foram negativos, pois com o tráfico dificultado, elevaram-se os preços e houve incremento em vez de recrudescimento no comércio de escravos. Isto era conveniente para os senhores rurais mas não para os beneficiários da Tarifa Alves Branco e a próxima medida, dentro da orientação da citada tarifa, foi a extinção do tráfico em 1850. Visava-se desviar para a indústria os vultosos capitais que até então se aplicavam no financiamento da importação de escravos, o que novamente segundo Caio Prado Júnior, foi plenamente obtido uma vez que "fundam-se no curso do decênio posterior a 1850, 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, e de transporte urbano, 2 de gás e finalmente 8 estradas de ferro." (7) Neste período desenvolvimentista se destaca a figura de Irineu Evangelista de Souza, Barão e depois Visconde de Mauá. "De certo modo ele se ligara a todos os importantes empreendimentos brasileiros de sua época, — ou como em-

(6) Hélio Jaguaribe, "Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político", Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1962, pg. 158.

(7) Hélio Jaguaribe, "Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político", Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1962, pg. 158.

presário, — ou como financiador, ou frequentemente como desinteressado mas decisivo patrocinador.” “Em todo século XIX, que foi por excelência um século de empresários, a obra de Mauá, lançou os alicerces do desenvolvimento industrial brasileiro e constitui um dos mais brilhantes esforços individuais de ação empresarial no mundo. Empenhou-se êle no desenvolvimento de quatro principais setores do Plano de Reaparelhamento Econômico e do Programa de Metas: a indústria de base, os transportes e as comunicações, a energia e como meio de mobilizar todas, finanças”. Na indústria de base, adquire a oficina de Ponta da Areia, onde inaugura fundição, forjaria, fábrica de máquinas e equipamentos de tubos e inclusive um estaleiro naval. Nos transportes implanta no país as estradas de ferro, com os primeiros 15 km. da Estrada de ferro Mauá, em 1854, e patrocina a fundação de inúmeras, outras como a Estrada de ferro Santos a Jundiá e a Recife and São Francisco Railway, Bahia e São Francisco Railwayl. Nas comunicações instala o cabo telegráfico submarino entre Brasil e Europa. Mauá foi, sem dúvida alguma, um grande vulto de nossa história.

Em geral, qualquer movimento de importância na história dos povos vem precedido de tentativas que preparam o terreno para a sua eclosão. Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá foi um precursor de nossa industrialização, como representante máximo do movimento industrial que irrompeu por volta do ano de 1850. Mauá foi tipicamente um empresário e se o seu esforço hercúleo em prol do desenvolvimento industrial tivesse alcançado seus objetivos, sem dúvida a classe empresarial brasileira teria emergido cerca de oitenta anos mais cedo. Não queremos com estas palavras divinizar a figura daquele homem de negócios. Como todas as figuras que atuaram na História, de uma forma ou de outra, como Napoleão ou Karl Marx, e mais modestamente como Felipe dos Santos ou Antônio Conselheiro, Mauá sofre a tendência que temos de fazer um julgamento radical. Esquecemos, constantemente, que êles foram antes de tudo pessoas humanas, que, como tais, pensaram ou fizeram coisas boas e más. Mauá foi um negociante na concepção mais moderna do termo. Sua ambição fez dêle um homem rico e poderoso que com grande dinamismo, tentou implantar no Brasil as bases de sua industrialização, através das muitas fábricas que fundou. É por intermédio do Visconde de Mauá, como consequência de seu prestígio nos meios londrinos, que grandes somas de capital britânico são transferidas para o Brasil. Po-

rém, malgrado todo o esforço, todo o dinamismo daquele vulto, do segundo império, a obra fracassou. Quais as causas disto? Irineu veio ainda novo para o Brasil, começando sua vida no comércio. Teve que conquistar a sua futura posição através de uma luta árdua, passo a passo. Em tudo difere a sua formação da dos latifundiários que dominavam o país. Não deixemos que os seus títulos de Barão e de Visconde venham encobrir estas diferenças. Mauá recebeu estes títulos pelas suas obras de serviço público, sendo que o primeiro pela estrada de ferro que construiu à raiz da serra, porém, a medida que se foi firmando como promotor da industrialização, foi-se vendo em posição antagônica aos interesses que dominavam o país. Um exemplo disso é o fato citado por Heitor Ferreira Lima, da inutilização criminosa, por mãos estrangeiras, dos modelos e moldes de construção naval em seu estabelecimento de Ponta da Areia. (8) Naturalmente, aquele esboço de industrialização, que Mauá representava, preocupava os importadores nacionais e paralelamente os interesses estrangeiros, que tinham, no Brasil agrícola, um ótimo mercado para seus produtos manufaturados. Além disso o Visconde de Mauá foi um abolicionista, nos seus empreendimentos nunca usou o braço escravo. Esta posição o colocava frontalmente em oposição a camada dominante e ao Império em si mesmo. Para agravar ainda mais esta diferença de posição, Mauá era membro do Clube da Reforma, de onde sairia mais tarde o Partido Republicano. O próprio Mauá foi um amigo e protetor dos republicanos do Rio Grande do Sul. Isto justifica plenamente a prevenção que nutria o imperador contra Mauá. Porém não foi só Mauá que caiu, foi todo o surto industrial que teve naquele empresário o seu maior expoente. Aliás Mauá resistiu muito tempo mais que a maioria dos demais industriais, só vindo a falir em 1878. Essa queda de todo um surto não se deve só a questões políticas. A par destas, devemos considerar a carência de mercado interno no Brasil, que não permitia a indústria emergente produzir a custos competitivos com os dos produtos estrangeiros, em sua maioria do Reino Unido (50% de nossa importação) e que não lhe facultava também a diversificação de linhas de produção que permitissem às fábricas, servirem-se umas às outras. Outros fatores negativos foram a estrutura social brasileira (onde não havia uma classe mercantil nacional), as facilidades que cercavam a lavoura de exportação e também o fato dos recursos naturais serem ainda

(8) Heitor Ferreira Lima, "Mauá e Roberto Simonsen", São Paulo, Editora Edaglit, 1963, pgs. 33 e 34.

muito pouco explorados no Brasil. O período que vai do colapso do movimento industrialista, por volta de 1857, até a época da abolição da escravatura e da proclamação da República é um tempo de grande agitação. Já era um fato indiscutível a agonia do Império. A decadência do mesmo, notória desde a Guerra do Paraguai, pusera o país confuso, procurando salvar a sua vitalidade daquele processo de apodrecimento da estrutura vigente. A semente lançada por Mauá ainda não morrera e o exemplo americano era um convite a industrialização. As empresas ainda existentes, entre as quais se destacavam as indústrias têxteis, cuja existência data do século XVIII no Brasil, as indústrias de chapéus, de produtos químicos e algumas outras, lutavam ao lado dos artesãos pela proteção estatal. Novamente, a luta era árdua, mas continha elementos positivos bastante fortes. Ao lado dos problemas políticos e econômicos que enfrentava a sociedade brasileira, surgiu um problema social bastante grave por este tempo. Com a descoberta, por parte de alguns fazendeiros de que o trabalho assalariado era mais eficiente que o servil, houve um incentivo à imigração. Com ela surgiu o problema daqueles que não se submetiam à vida rural, cujas condições eram bastante difíceis. Lembremos que se eles substituíam os escravos tinham que ter condições de vida baixas, para compensar a troca. Este inconformismo com a vida rural provocou uma questão de difícil solução. As mulheres na cidade se entregavam muitas vezes a prostituição, os homens vendiam peixes etc... fazendo com que estes gêneros chegassem ao consumidor depois de passarem por muitas mãos, o que os encarecia sobremaneira. Além disso muitos deles, vendendo bugi-gangas, passaram a entrar nas casas, onde além de servirem de mensageiros das moças, desencabeçavam escravos e libertos. Todos estes problemas clamavam pela criação de alguma forma de trabalho urbano que empregasse esta gente e solucionasse os problemas citados. O protecionismo foi discutido em muitos níveis, era objeto de assembleias e de bate-papos de praça pública. Por outro lado, os encargos do Tesouro aumentavam. As necessidades públicas eram tão urgentes que, antes de se estudar uma elevação dos direitos alfandegários que permitisse um alívio na situação geral, elevou-se, em 1878, para 50% os direitos adicionais sobre a importação, que pela tarifa Rio Branco, tinham sido fixados em 40%. Ao mesmo tempo, foi nomeada uma comissão com o objetivo de estudar uma revisão da tarifa tendo sido incumbida de conciliar o mais possível, os interesses da Fazenda com os dos comerciantes. Porém, as necessidades fiscais impuseram uma elevação geral dos direitos e dentro deste critério, foi concedida uma certa

proteção às indústrias (1879). Aliás, é importante notar que aquela comissão teve como presidente um homem que se mostrou francamente favorável às indústrias existentes, que foi Costa Pinto. (9) Este protecionismo criou na época alguns problemas. Muitas indústrias não estavam ainda em posição de abastecer o mercado nacional, por outro lado, nem sempre os interesses das várias indústrias eram concordantes. Um exemplo disto foi o caso das indústrias de fiação e de tecelagem, enquanto a primeira exigia alta tarifas para o fio, a segunda solicitava a sua redução. Tôda esta agitação, porém, foi contemporânea da expansão crescente da lavoura cafeeira. Os investimentos no café eram altamente compensadores. Com as divisas que chegavam de sua exportação, o país podia ter tudo o que necessitasse, através da importação. Este foi sem dúvida um choque para a indústria nascente. Tôdas as atenções do govêrno voltaram-se para a produção do café. A isso correspondeu naturalmente um aumento do poder da aristocracia rural. Com a abolição da escravatura e a proclamação da república o entusiasmo industrialista inflamou-se novamente. A extinção da escravidão transformando em assalariados milhares de trabalhadores, e a necessidade de amparar, por meio de créditos, a influente classe dos ex-proprietários de escravos, levou o govêrno imperial a adotar uma política de facilitação de créditos e de aumento do meio circulante. Esta política aliada à prosperidade do país, graças à enorme safra cafeeira de 1888 a 1890 e ao afluxo de capitais estrangeiros, principalmente sob a forma de empréstimos governamentais, provocou uma explosão dos negócios que se traduziu pela formação de inúmeras empresas comerciais e industriais. (10)

Após a proclamação da República as emissões sucederam-se e concedeu-se liberdade absoluta às sociedades anônimas. Com isto surgiu um movimento empresarial repentino de grandes proporções. Entre 15 de novembro de 1889, data da proclamação da República e 20 de outubro de 1890, segundo o Barão de Lucena, foram criadas sociedades anônimas com o capital de 1.169.386.000\$000, enquanto, durante todo o período do Império, este capital não passará de 410.879 contos. Por estas cifras pode-se ter uma idéia do que foi este movimento, chamado encilhamento, e de seu caráter de verdadeira loucura financeira. Os bancos de emissão existiam numa proporção assombrosa. Com este fluxo-inflacionário surgiram compa-

(9) Nácia Vilela Luz, "A Luta pela Industrialização do Brasil", Difusão Européia do Livro, 1961, pg. 49.

(10) Nácia Vilela Luz, "A Luta pela Industrialização do Brasil", São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961, pg. 97.

nhias que não poderiam se sustentar sem a cooperação governamental. O Governo, por seu turno, não hesitou em socorrê-las e para isso o único modo possível era a emissão. Mas a pseudo-riqueza produzida pela máquina impressora de papel moeda acabou por desmoronar. A crise ameaçava os horizontes daquelas empresas e quando do golpe de 1891, ela já era um fato consumado. Com a falência do surto, tôdas as atenções voltaram-se outra vez para o café. Com o fim do governo de Floriano Peixoto, que fora uma tentativa de escalada ao poder da classe média e a eleição de Prudente de Moraes, a classe de proprietários rurais voltou a dominar o cenário político do país. Grandes fortunas se fizeram na lavoura cafeeira, porém as demandas do mercado consumidor brasileiro aumentavam com o crescente aumento da população. Em oposição a este crescimento, o consumo do café no exterior não aumentava, ao contrário, o país ver-se-ia logo às voltas com a concorrência de outros produtores. Deste modo o café preparou as pré-condições para o desenvolvimento industrial.

PARTE II

Quando um país experimenta um desenvolvimento econômico, experimenta ao mesmo tempo um desenvolvimento em outros campos. Estão relacionados de tal maneira os processos de desenvolvimento econômico social e cultural, que é difícil falarmos de qualquer deles como área isolada.

Houve uma tomada de consciência de nossa situação real e, paulatinamente, com o aproveitamento de oportunidades surgidas, foram emergindo novos grupos e com eles novas ideologias. Até mesmo a nossa cultura, que era muito menos cultura brasileira do que de alguns brasileiros, tão alheios estava à nossa nacionalidade, foi pouco a pouco voltando as costas para o exterior e adquirindo uma personalidade própria.

Falando em sentido parcial, podemos conceituar desenvolvimento econômico com um processo no qual se verifica um aumento progressivo da renda real ao mesmo tempo em que são melhor empregados os meios de produção.

Essa conceituação é muito importante, pois por meio dela podemos avaliar o papel do empresário industrial no processo desenvolvimentista, através da reorganização dos fatores de produção. Aliás, na primeira parte de nosso trabalho, já indi-

camos a existência de uma multiplicidade de relações entre o empresário e o desenvolvimento econômico.

Para que seja possível este desenvolvimento é condição necessária a substituição de estruturas sociais e econômicas tradicionais por outras mais racionais. (11)

No Brasil, esta substituição vem sendo feita através das últimas décadas. O tenentismo de 1930 trouxe, ao poder a classe média que se encontrava fora do mesmo desde os tempos de Prudente de Moraes, com quem haviam voltado à alta direção do país, os aristocratas rurais. O nome deste levante deriva justamente do fato de muitos tenentes terem participado do mesmo e é coisa sabida que o exército brasileiro era na época um dos poucos refúgios da classe média parasitária.

Esta revolução que teve por líder Getúlio Vargas, trouxe características próprias da época, entre as quais ressalta o conteúdo trabalhista. A fase, que se seguiu, embora rica de concessões ao sindicalismo trabalhista e ao nacionalismo obreiro, foi em sua essência fiel ao liberalismo. (12)

As condições do tempo tornaram o terreno propício para o surgimento de uma classe empresarial, pois com a crise que assolou o mundo capitalista e mais tarde com a Segunda Grande Guerra, defrontamos com a impossibilidade de importar aqueles artigos que eram necessários ao nosso consumo.

Ao mesmo tempo, começava a surgir no Brasil um esboço de mercado interno, cuja inexistência até então provocara o abôrto das tentativas anteriores.

Justamente nesta época, contávamos com pessoas não participantes da classe dominante, que sentiam uma necessidade muito grande de aprovação social. Entre estas pessoas destacaram-se sobremaneira os imigrantes ou filhos destes, principalmente os italianos, em maior número no Brasil, os quais sofriam grande discriminação social. Estes homens não perderam as oportunidades que se lhes apresentavam e enfrentando a crise lançaram os fundamentos do nosso desenvolvimento industrial.

Porém, o desenvolvimento econômico não é feito só em nível empresarial, se é enorme a participação dos empresários

(11) Luiz Carlos B. Pereira, "Desenvolvimento Econômico e o Empresário", Revista de Ad. de Empresas, n.º 4, Rio de Janeiro, pg. 80.

(12) Hélio Jaguaribe, "Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político", Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1962, pg. 174.

nêste processo, numa posição realmente de vanguarda, êles pouco podem fazer mas muito pouco mesmo, sem o auxílio estatal.

Observa-se que muitos empresários foram com o tempo reconhecendo como imperiosa necessidade a intervenção do Estado.

O Estado, objetivando a formação da classe empresarial, a reorientação dos investimentos, uma acumulação de capitais mais rápida, redução dos riscos, etc... assume, aparentemente, a forma de redução brusca, na área do "laissez-faire". Muitas pessoas podem pensar que uma redução tão grande nesta área seja incompatível com o tipo de sociedade democrática preconizada. Em uma economia altamente desenvolvida talvez assim ocorresse. Ao concorrer o Estado com o empresário individual, êste último se veria em situação difícil e talvez insustentáveis. O sistema de concorrência seria paulatinamente substituído pelo monopólio, com uma provável repercussão negativa para a eficiência na utilização dos fatores.

É no entanto diferente o caso da economia subdesenvolvida. O Estado não vem cobrir a ação do empresário privado; vem criar, isto sim, condições para que êste surja ou se consolide. É verdade, porém, que tal objetivo só poderá ser alcançado se a ação estatal não for improvisada. Para que haja, por parte do Estado, a consciência de uma hora certa de entrada e saída, é preciso que tenha uma visão de conjunto do processo econômico. É isto que se costuma chamar de planejamento.

A defesa do "laissez-faire" e a luta contra a ação planejada do Estado são produtos de uma confusão entre os ideais da convivência social e a forma que êstes ideais assumem em estruturas sociais altamente integradas. Parece ser um sistema do nosso subdesenvolvimento a existência entre nós de muitos economistas de prestígio que aceitam a restrição ao "laissez-faire" das economias desenvolvidas e se revoltam contra a restrição, muito mais importante e necessária, nas economias subdesenvolvidas. (13)

Na verdade, o planejamento não é coisa nova; ao contrário, foram muito poucos os países, no mundo inteiro, que se desenvolveram espontaneamente. A União Soviética submeteu seu desenvolvimento econômico aos seus conhecidos planos

(13) Celso Furtado, "A Pré-Revolução Brasileira", Rio de Janeiro, Editora Fundo da Cultura, 1962, Cap. 5, pgs. 75 e 76.

quinquenais. No Ocidente, temos os exemplos da França e da Alemanha, que tiveram os seus desenvolvimentos programados mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, e que hoje, após os desastres inestimáveis de duas guerras, continuam a desenvolver-se extraordinariamente sob um plano definido.

Este planejamento faltou à classe empresarial emergente após a revolução de 1930, pois o governo Vargas foi realmente estéril em planejamento econômico, embora já tenha dado um grande passo a frente, não procurando impedir a marcha e não dando ouvidos aos latifundiários preocupados com a sua situação, principais endossadores da idéia de que o Brasil como país essencialmente agrícola era inadequado à industrialização, pois que a mudança de estrutura implicaria num esforço não compensador.

Porém, os empresários continuavam em sua marcha ascendente, com o objetivo principal de aprovação social que o dinheiro lhes daria a promover o desenvolvimento econômico no campo que lhes era aberto, e este seu campo de ação era realmente vasto.

A reorganização dos fatores de produção atinge os fatores já integrados no processo de produção, visando maior eficiência e a produção dos fatores empregados, aumentando-se a participação do capital em relação ao trabalho. Esses meios de reorganização dos fatores de produção são funções diretas da inovação e da acumulação do capital, áreas estas em que o empresário atua, usando de suas características fundamentais. (14)

Muito se tem dito sobre a ineficiência do governo Vargas no que se refere à participação do Estado no processo desenvolvimentista e de muitos modos têm sido procuradas explicações para esta alienação. Na verdade, talvez tôdas as explicações encontradas e que foram citadas com aspecto de coisas já certas e fora de dúvida, tenham sido mesmo fatores que se conjugaram, criando uma atmosfera imprópria para a entrada do governo no cenário da industrialização.

Entre estes fatores existem realmente alguns indiscutíveis, um dos quais é a ineficiência da estrutura governamental brasileira, que se ainda hoje se apresenta um sem número de obstáculos ao nosso desenvolvimento, naquela época era uma ver-

(14) Luiz Carlos B. Pereira, "Desenvolvimento Econômico e o Empresário", Revista de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Gráfica Editora Livro S/A, n.º 4, pgs. 81 e 82.

dadeira barreira, pois o sistema governamental era o enorme refúgio da classe média, que não podia ter na época mais que um caráter parasitário devido ao pequeno número de indústrias no país. Além disso é muito difícil julgar uma não atuação no campo econômico de trinta anos passados com os dados que se tem hoje, pois não se pode comparar o grau de desenvolvimento da teoria econômica na atualidade, com a daquele tempo. Porém, devemos aceitar esta explicação com certa reserva, pois muito antes deste tempo, a Alemanha já havia planejado e com sucesso, possivelmente devido ao fato daquele país estar já há muito tempo bem desenvolvido social e culturalmente. De qualquer modo é indubitável que a teoria era muito pouco desenvolvida.

Hélio Jaguaribe, para explicar a esterilidade na programação da época de Getúlio, citou dois fatos de real importância, um deles a derrota democrática nos Estados Unidos, que pôs a perder tôdas as tentativas de entendimento entre os dois países, no que se refere ao nosso desenvolvimento, que vinham sendo efetuadas entre o governo Vargas e Truman e mais tarde o golpe de 1954 vibrado pelos elementos mais reacionários da classe média, os quais chefiados por Carlos Lacerda, temiam a implantação no país de um governo socialista sindicalista. (15) Este golpe, em consequência do qual perdeu a vida o presidente, talvez tenha lhe tirado a oportunidade de uma futura programação, através do qual o Estado participasse mais ativamente do processo desenvolvimentista. A participação mais efetiva do governo só iria concretizar-se mais tarde, depois que Juscelino Kubitschek subisse ao poder. Realmente, quando aquele ex-governador mineiro foi eleito, trouxe consigo um programa elaborado de meta, um planejamento do desenvolvimento, aquilo que faltava aos empresários. É durante o seu governo, que o processo é acelerado de modo notável, num congregamento de esforços do Estado e dos empresários. Para levar a cabo o seu plano, Juscelino não somente não foi auxiliado pelas entidades internacionais como ainda enfrentou a sua oposição (16).

Todo o esforço do governo Vargas foi consolidado no novo governo. Com as facilidades oferecidas pelo governo, grandes companhias de origem principalmente européia se estabeleceram no Brasil, onde ligadas a elementos da classe empresa-

(15) Hélio Jaguaribe, "Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político", Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1962, pg. 180.

(16) Hélio Jaguaribe, "Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político", Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1962, pg. 183.

rial surgida puderam em colaboração, com a alta direção de nosso país, impulsionar o nosso desenvolvimento. Assim os empresários, lado a lado com o govêrno, caminharam a procura de sua afirmação, e na sua vontade forte de sobreviver e crescer, foram passo a passo adotando ideologias compatíveis com a sua posição dirigente e tirando o país cada vez mais, da esfera de domínio dos grandes senhores rurais e altos comerciantes (importadores de manufaturas estrangeiras e exportadores de café), que tinham os seus interesses paralelos aos dos estrangeiros especialmente os americanos já nesta época, no objetivo comum de manter o país naquela estrutura obsoleta que jamais lhe possibilitaria o desenvolvimento.

Em meio a estas transformações políticas, econômicas e sociais, todo o país foi sacudido. Em todos os campos houve um choque entre o nôvo e o tradicional, foi uma batalha árdua que duas fases de um mesmo país travaram nos níveis mais diversos. O empresário durante êste período foi um renovador, êle era o elemento novo que para desenvolver-se precisava adotar posições ideológicas novas (17).

A nova classe não hesitou em apoiar as idéias nacionalistas, quando estas representavam a proteção à indústria nacional contra a concorrência estrangeira, embora fôssem prudentes em relação às idéias que não lhe interessavam tão pròximamente. É interessante notar que os empresários nunca eram os defensores mais extremados das novas idéias, êles apoiavam-nas, contudo, claramente. Talvez o seu desejo de aprovação social tenha influido um pouco nêste aspecto, pois era preciso muita coragem para sustentar idéias nacionalistas muitas vêzes em posição contrária a uma maioria absoluta, nestas reuniões sociais, etc., onde se travava a luta ideológica.

Porém com o govêrno Kubitschek, as coisas mudaram muito. O apôio dado à indústria, a colaboração da classe empresarial fizeram com que ninguém mais deixasse de acreditar naquilo que já era uma realidade, o Brasil já não era um país essencialmente agrícola, a sua tendência cada vez maior para a industrialização já era coisa clara, definitiva. Isso trouxe uma modificação total na posição dos empresários brasileiros. Êles que tinham os interesses tão ligados aos dos grandes promotores das novas idéias, haviam agora atingido o seu objetivo, a sua afirmação. Por outro lado, muitos fatos ocorrem

(17) Luiz Carlos B. Pereira, "O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira", Revista de Administração de Empresas, R. de Janeiro, Gráfica Editora Livro S/A, n.º 8, pg 21.

que põem em segundo plano aquêles problemas que antes pareciam tão importantes aos empresários. Aquelas relações entre capital estrangeiro e nacional de que já falamos anteriormente, torna muito difícil a tomada de posições nacionalistas por parte dos industriários brasileiros. A crise de super-produção do café que ocorre em 1957, arrebatada da velha aristocracia brasileira e particularmente dos cafeicultores, seu maior argumento contra a indústria e o confisco cambial, o qual desviava a renda do setor agrícola de exportação para o Governo e para a indústria. Não que o confisco fôsse eliminado, mas pelo fato do Governo passar a compensá-lo com a compra dos excedentes de produção. Com isso, industriais e agricultores vêm que a batalha está finda e que agora terão que trabalhar em conjunto, para enfrentar novos problemas que virão. Percebem que seus interesses já não são de maneira alguma opostos, aliás ao contrário, podem ser perfeitamente paralelos (18).

Outro fator foi muito importante para a transformação da classe empresarial de renovadora em conservadora foi o crescente poder dos sindicatos, que atingiram um grau de organização muito grande e que passaram a saber perfeitamente como fazer suas reivindicações. Este poder manifestou-se já na reeleição do vice-presidente que iria mais tarde substituir Jânio Quadros na chefia da nação, o presidente João Goulart, durante o governo de quem o país está sendo foco de conflitos entre pressões diversas. Estes fatos parecem indicar uma tendência cada vez mais para o conservadorismo da classe empresarial, o que no caso de vir a concretizar-se, como tudo indica, será prejudicial para o Brasil, que necessita tanto da colaboração de todos os agentes promotores da produção.

OBSERVAÇÕES ATUAIS (1966)

Ao terminarmos este trabalho era totalmente outro o momento político brasileiro. Embora isto de forma alguma invalide o nosso esforço, introduz a necessidade de uma reconsideração em nossas conclusões.

Uma das principais conclusões a que chegamos foi a de que o empresário brasileiro tendia a tornar-se altamente conservador, em contraste com a posição de liderança renovadora que assumira durante o governo industrializante de Juscelino.

(18) Luiz Carlos B. Pereira, "O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira", Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, Gráfica Editora Livro S/A, n.º 8, pg. 21.

O que nos levou a esta previsão foi principalmente a eleição de João Goulart, que representou a nova força emergente do proletariado. Um exame da conjuntura atual fatalmente nos leva a confirmar as nossas previsões. A revolução de 1964, promovida pela alta classe média, foi imediatamente apoiada pelo empresariado nacional, que se viu ameaçado pelas forças de esquerda que surgiram.

Nesta nova posição de defesa do "status quo" o empresário se aliou definitivamente à velha aristocracia decadente; seus interesses passaram a ser os mesmos, o que levou o empresário a copiar não mais apenas os padrões sociais de conduta do aristocrata, mas também os seus padrões políticos.

Um fato curioso, entretanto, foi o de que feita e consolidada a revolução, a alta classe média empossou-se do governo através de seu grupo mais poderoso, o exército, e afastou do poder os empresários. Como acontece sempre, à falta de uma ideologia própria a classe média adotou em seu governo a ideologia da classe alta, colaborando a seu modo para a consolidação do neo-capitalismo no Brasil.

Esta absorção ideológica não impediu que ocorresse uma das crises econômicas mais graves de que se tem notícia no Brasil e que atingiu seu ápice no início do ano de 1965. Esta crise tem muita relação com o afastamento dos empresários do poder e a chamada dos tecnocratas.

A classe empresarial continua, contudo, apoiando em suas linhas mestras a política do governo, exatamente porque esta não conflita com sua ideologia. Apesar disto o empresário tenta por todos os meios participar mais ativamente desse governo, coisa que se ocorrer consolidará de uma vez por todas a sua posição altamente conservadora dentro da conjuntura política atual.

Fernando C. Prestes Motta
4.º ano — 1.º semestre

BIBLIOGRAFIA

- CAIO PRADO JUNIOR — História Econômica do Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense, 1956.
- CELSO FURTADO — A Pré-Revolução Brasileira, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1962.
- HEITOR FERREIRA LIMA — Mauá e Roberto Simonsen, São Paulo, Editora Edaglit, 1963.

HÉLIO JAGUARIBE — Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1962.

L. C. BRESSER PEREIRA — Desenvolvimento Econômico e o Empresário Revista de Administração de Empresas, N.º 4, (maio/agosto) Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Editora Livro S/A.

— O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira Revista de Administração de Empresas, N.º 8, (jul./set.), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Editora Livro S/A.

NÍCIA VILELA LUZ — A Luta pela Industrialização do Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.